STJ00103645

Emerson Wendt

Internet & Direito Penal

RISCO E CULTURA DO MEDO

livraria
DO ADVOGADO
editora

Porto Alegre, 2017

Conselho Editorial
André Luís Callegari
Carlos Alberto Molinaro
César Landa Arroyo
Daniel Francisco Mitidiero
Darci Guimarães Ribeiro
Draiton Gonzaga de Souza
Elaine Harzheim Macedo
Eugênio Facchini Neto
Giovani Agostini Saavedra
Ingo Wolfgang Sarlet
José Antonio Montilla Martos
Jose Luiz Bolzan de Morais
José Maria Porras Ramirez
José Maria Rosa Tesheiner
Leandro Paulsen
Lenio Luiz Streck
Miguel Àngel Presno Linera
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
Paulo Mota Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

W473i Wendt, Emerson.

Internet & direito penal : risco e cultura do medo / Emerson Wendt. – Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2017.

185 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e anexos.

ISBN 978-85-69538-60-8

1. Direito penal - Brasil. 2. Internet. 3. Responsabilidade (Direito). 4. Marco Civil da Internet. 5. Brasil. Lei n. 12.737, de 30 de novembro de 2012. I. Título.

CDU 343:004.738.5(81)
CDD 345.810268

Índice para catálogo sistemático:
1. Direito penal : Internet : Brasil 343:004.738.5(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Sumário

Lista de figuras, gráficos e tabelas 15

Lista de siglas e abreviaturas 17

Apresentação 19

1. Introdução 33

2. Cultura do medo e fragmentação do Direito Penal: interlocuções entre Direito e Internet 39

2.1. Fragmentação do Direito Penal: a Lei 12.737/12 e o Caso "Carolina Dieckmann" 50

2.1.1. Brasil e o atavismo criminalizador: do Projeto de Lei Azeredo ao Marco Civil da Internet 52

2.2. A cultura midiática do medo, Internet e a Lei 12.737/12: estudo do "Caso Carolina Dieckmann" 54

2.2.1. O fato e a mídia 55

2.2.2. Tipo penal aplicável *x* mídia 57

2.2.3. O Caso Carolina Dieckmann: investigação criminal *x* mídia 59

2.2.4. Legislativo brasileiro e mídia 60

2.2.5. O caminhar legislativo da LCD 63

2.3. Desconstrução de certezas: aspectos tecnológicos e jurídicos da Lei 12.737/12 68

2.3.1. Violação de dispositivo informático 69

2.3.1.1. *Standards* legais do caput do art. 154-A: amplitude e restrição interpretativa 71

2.3.1.2. Debates quanto aos parágrafos do art. 154-A do Código Penal 77

2.3.2. Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública 82

3. Percepção do risco na sociedade brasileira: levantamento empírico sobre a sensação do medo na Internet e (a necessidade d)o Direito 85

3.1. Objetivos da pesquisa 87

3.2. Metodologia Aplicada 88

3.3. Instrumento de pesquisa e objetivos visados 88

3.4. Amplitude da coleta e resultados alcançados.....90
3.4.1. Conhecendo os Respondentes da Pesquisa.....95
3.4.2. Quanto ao Uso da Internet (Forma/Tempo).....100
3.4.3. Quanto aos riscos e ao medo na Internet.....105
3.5. Avaliação Sobre os Dados Coletados.....123

4. Risco e dano na Internet: aspectos da ofensividade das ações humanas frente à tecnologia digital.....129
4.1. Direito Penal & Internet: a ofensividade efetiva das ações humanas na Internet como parâmetro para (re)criação de novos tipos penais.....130
4.1.1. Ponto de partida.....132
4.1.2. Estabelecendo Limites.....136
4.1.2.1. A teoria da imputação objetiva pode ser aplicada às condutas praticadas no âmbito da Internet?.....141
4.1.2.2. A ofensividade (efetiva) aos bens jurídicos.....143
4.2. Análise de riscos na Internet.....145
4.3. Risco, Internet & Direito Penal: vínculos com o futuro.....153

5. Considerações finais.....159

Referências.....165

Anexo A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....175

Anexo B – Questionário de levantamento empírico.....177